



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000902-19.2017.5.17.0014**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 23/06/2017

**Valor da causa:** R\$ 38.000,00

**Partes:**

**AUTOR:** WESLEI RIBEIRO DE SOUZA

**ADVOGADO:** ELUIZ CARLOS DE MELO

**RÉU:** TERRA VIX SERVICOS LTDA

**ADVOGADO:** VIVIANE SALGADO PERIN

**RÉU:** LUANNA PIRAJA DE SOUZA

**RÉU:** MARRONE ELIAS PEREIRA SUELA

**RÉU:** CARLOS EDUARDO SUELA

**LEILOEIRO:** SUED PETER BASTOS DYNA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
14ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA  
**ATOrd 0000902-19.2017.5.17.0014**  
AUTOR: WESLEI RIBEIRO DE SOUZA  
RÉU: TERRA VIX SERVICOS LTDA E OUTROS (4)

## **EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO**

Processo: 0000902-19.2017.5.17.0014

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) desta 14ª Vara do Trabalho de Vitória/ES faz saber que entre os dias 30 de novembro de 2020, a partir das 15h00, e 03 de dezembro de 2020, até as 15h00, o Leiloeiro Oficial, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, devidamente nomeado nestes autos, levará a público, no ambiente [www.suedpeterleiloes.com.br](http://www.suedpeterleiloes.com.br) da rede mundial de computadores, pregão para alienação dos bens abaixo descritos:

- descrição do(s) bem(ns) penhorado(s): EMPILHADEIRA CLARK, MOD. CMP70D/Diesel, ANO 2008, CHASSI CMP570D04059590KF, COR VERDE, EM FUNCIONAMENTO.

- valor da avaliação: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

- depositário: reclamante - WESLEI RIBEIRO DE SOUZA.

- localização do(s) bem(ns) penhorado(s): RUA CRISTALINA , 03, VALE ENCANTADO - VILA VELHA - ES - CEP: 29113-170.

- valor da execução: R\$ 67.786,78 (sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos).

O leilão eletrônico deve observar a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça, conforme disposto no § 1º do art. 882 do CPC: "A alienação judicial por meio eletrônico será realizada, observando-se as garantias processuais das partes, de acordo com regulamentação específica do Conselho Nacional de Justiça". A regulamentação de que trata o § 1º do art. 882 do CPC foi editada em julho de 2016, com a Resolução CNJ nº 236 /2016.

A plataforma eletrônica do leiloeiro deve estar aberta para recepção de lances no mínimo 5 dias antes da data designada para o início do leilão (art. 11 da Resolução CNJ 236/2016).

Não será aceito lance vil, nos termos do art. 891, *caput* e parágrafo único (50% do valor da avaliação). As propostas de arrematação em prestações, admitidas para imóveis e veículos, devem observar os termos do art. 895 do CPC.

**Em caso de bem móvel, fica o leiloeiro, desde já e independentemente de expedição de qualquer mandado, autorizado a remover os bens para depósito próprio, assumindo, a partir daí, o encargo de fiel depositário do bem (§ 3º do art. 7º da Resolução CNJ 236/2016), devendo informar imediatamente ao juízo sobre a localização dos bens. Também fica autorizado a vistoriar e fotografar os bens penhorados, com ou sem acompanhamento de potencial arrematante.**

**O obstáculo criado pelo executado para a remoção ou a disponibilização dos bens para serem vistoriados e fotografados pelo leiloeiro será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, com as sanções legais cabíveis, inclusive multa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis (art. 77, IV e §§ 1º e 2º do CPC).**

**O leiloeiro receberá, do arrematante, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance (parágrafo único do art. 884 do CPC c/c art. 24, parágrafo único, do Decreto 21.981 /1932). Também receberá o valor relativo a despesas com remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas (art. 7º da Resolução CNJ 236/2016). Essas despesas devem ser apresentadas juntamente com o lance vencedor, a fim de que sejam apreciadas pelo Juiz da execução.**

**A comissão do leiloeiro não será devida nas hipóteses de anulação da arrematação e de resultado negativo da hasta pública (art. 903, §§ 1º e 5º, do CPC c/c §§ 1º e 2º do art. 7º da Resolução CNJ 236/2016). Será devida a mesma comissão (5%) nos casos de acordo ou remissão após a alienação (§ 3º do art. 7º da Resolução CNJ 236/2016).**

**Nos casos de acordo, pagamento ou adjudicação que cancelem a realização de leilão já publicado, a comissão do leiloeiro será reduzida para 2,5% sobre o valor da avaliação do bem ou, sendo este muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta, conforme decisão do Juiz da execução, mantendo-se, em todo caso, o pagamento das despesas de que trata o art. 7º da Resolução CNJ 236/2016.**

**A arrematação é modalidade de aquisição originária do bem, cujas dívidas sub-rogam-se no preço (art. 130 do CTN e art. 908, § 1º, do CPC). O potencial arrematante deve verificar possíveis débitos do bem em consultas aos órgãos competentes como DETRAN e Prefeituras Municipais.**

**Expeça-se edital. Publique-se.**

**Em se tratando de leilão eletrônico, regulamentado pelo CPC e pela Resolução CNJ 236 /2020, o edital do leilão observará os critérios do art. 886 do CPC e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) com pelo menos 5 dias de antecedência (art. 887 do CPC e art. 20 da Resolução CNJ 236/2016), bem como divulgado, pelo leiloeiro, na rede mundial de computadores ([www.suepeterleiloes.com.br](http://www.suepeterleiloes.com.br)).**

**Intime-se o leiloeiro, por e-mail (leiloeiro@suedpeterleiloes.com.br).**

**Intimem-se as partes.**

**Caso algum dos executados encontrar-se em local incerto e não sabido, considerar-se-á intimado por meio da publicação deste edital (art. 889, parágrafo único, do CPC).**

*/apg*

VITORIA/ES, 16 de novembro de 2020.

MARISE MEDEIROS CAVALCANTI CHAMBERLAIN



Assinado eletronicamente por: MARISE MEDEIROS CAVALCANTI CHAMBERLAIN - Juntado em: 16/11/2020 16:47:18 - e45db7e  
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/20111313225323500000021536143?instancia=1>  
Número do processo: 0000902-19.2017.5.17.0014  
Número do documento: 20111313225323500000021536143